

## **ESTAÇÃO DAS CHUVAS: UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA**

### **TITLE: ESTAÇÃO DAS CHUVAS: THE DIALOGUE BETWEEN HISTORY AND LITERATURE**

**Alexsandra Machado**  
UNISUAM / PUC-RJ

#### **RESUMO:**

O presente artigo pretende analisar o livro *Estação das chuvas*, do escritor angolano Eduardo Agualusa, visando relacionar história e literatura com diversas formas de narrar na pós-modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eduardo Agualusa; Angola; história; literatura.

#### **ABSTRACT:**

The present article intends to analyze the book *Estação das chuvas*, by the Angolan writer Eduardo Agualusa. It aims at relating history and literature with several forms of narration in post modernity.

**KEYWORDS:** Eduardo Agualusa; Angola; history; literature.

O meu caminho é mesmo este que a tropa incendiou; é um esquecimento afastado dos ouvidos. Como encontrei o passado negado pela vida, o meu caminho é a história amedrontada, os passos que explicam explosões. (TALA, 2005, p.16)

Os estudos literários e culturais, atualmente, demonstram preocupações com a relação existente entre a história de um povo e a forma como esta pode ser representada na literatura. O presente texto buscará efetuar uma leitura do romance *Estação das chuvas*, do escritor angolano Eduardo Agualusa que, no decorrer dessa obra, reflete acerca de peculiaridades históricas de sua pátria. Se fosse preciso dizer sobre o que escreve Agualusa, a resposta seria breve e clara: sobre Angola. Descobrir o tema principal de sua obra não é tão complicado; delimitar os caminhos escolhidos pelo autor, no entanto, é tarefa que remete a algumas reflexões, sobretudo no que se refere ao foco narrativo e à construção da personagem Lídia do Carmo Ferreira. É na elaboração de tal personagem que o escritor transforma fatos históricos em ficção.

O próprio Agualusa afirma que recebeu inúmeras informações e dados sobre a personagem principal do romance. Esta sinalização textual é assumida pelo personagem-narrador, pois ele toma para si o papel de entrevistador, tendo como função desvendar a vida de Lídia do Carmo Ferreira. Tal personagem-narrador se move, na narrativa, entre temporalidades – passado e presente – e espaços diferenciados, em busca de informações a respeito da protagonista. É ele quem constrói a memória narrativa, dando vida à Lídia; logo, são as estratégias narrativas que levam os leitores a identificarem as marcas da “verdade histórica” na obra ficcional, reconhecendo Lídia como uma personagem “histórica real”.

Segundo Linda Hutcheon, essa imbricação entre ficção e história, passado e presente, é um traço da pós-modernidade, cujo contexto aponta para a convivência de incertezas e rupturas de diversos aspectos, “tanto na ficção como na escrita da história, já que a confiança nas epistemologias empiricista e positivista tem sido abalada, mas talvez não destruída” (HUTCHEON, 1994, p.142).

A estudiosa afirma que no Pós-modernismo ocorre a “presença do passado”, não como um simples retorno ou um ato nostálgico, mas sim como uma “reavaliação crítica, um diálogo irônico com o passado da arte e da sociedade” (HUTCHEON, 1994, p. 20) . Sendo assim, o advento do passado se constitui como ato de uma releitura, que exige inúmeras interpretações.

Reinsere os contextos históricos como sendo significações e até determinantes, mas, ao fazê-lo, problematiza toda a noção de conhecimento histórico. E a conclusão que se tira é a de que não pode haver um conceito único e transcendente de historicidade autêntica, não importa qual seja a nostalgia existente em relação a uma entidade desse tipo. (HUTCHEON, 1994, p. 25)

Essas reflexões se revelam extremamente importantes, quando associadas à obra de Eduardo Agualusa, pois é inquestionável que a releitura de passados históricos constitui uma das matrizes das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na atualidade. Há a necessidade de retomar o passado como uma forma de revitalizar certos fatos, a fim de que se reconstruam as identidades culturais e nacionais dos países que foram colonizados por Portugal.

A necessidade de uma reflexão constante e consciente sobre a história de Angola faz com que muitos autores angolanos contemporâneos escrevam romances que buscam reescrever, historicamente, a nação angolana. Como anuncia a epígrafe de João Tala, no início deste trabalho, “surge um passado negado pela vida.” Agualusa ressalta a

necessidade de repensar o passado e reinventa fatos históricos como focos ficcionais de seu romance. Este olhar retrospectivo sobre o outrora presentifica-se em um conjunto significativo que enumera certas situações relevantes para a reinterpretação de certas matrizes históricas de Angola.

A partir deste viés, o escritor angolano faz com que surjam fragmentos da história de Angola em uma narrativa que dialoga com alguns possíveis acontecimentos e a própria ficção. Ao longo de sua obra, este escritor apresenta, portanto, um rico jogo entre história e ficção. A reescritura da história ora desconstrói mitos e heróis, ora salienta que alguns episódios da história de Angola, esquecidos pela historiografia oficial, podem ser relidos de outra forma, trazendo a possibilidade de reconstruções. Dessa forma, ler a obra de Eduardo Agualusa requer certa abertura, a fim de que haja um deslocamento que permita uma reinterpretação de alguns acontecimentos significativos para a sociedade angolana. Ao apresentar interpretações diferenciadas para o processo histórico de Angola, Agualusa não está simplesmente “escovando a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p.74), ele vai adiante e trabalha com inúmeras possibilidades, como a valorização do imaginário popular a partir da revisitação de crenças, tradições e valores locais, abandonando explicações científicas e oficiais da historiografia oficial. Entretanto, é imprescindível destacar que Agualusa não procura dar explicações para fatos específicos ou apresentar soluções para certos problemas. O escritor tenta reavaliar a história angolana, a partir da construção de um novo olhar.

No romance *Estação das chuvas*, Eduardo Agualusa revê o passado, por meio do uso da memória da personagem Lídia do Carmo Ferreira, procurando reinterpretar o período que antecede a Independência e a pós-Independência. O outrora passa a ser questionado com base em um novo modo de compreender o presente; se impõe, assim, uma relação em que o personagem-narrador se confronta com vários tempos. Desse modo, a escrita romanesca vai

produzindo um tipo de linguagem onde o passado objectual se contamina pelo presente crítico e perspectivante, utilizando já deste modo um processo de autonomia pela sinalização textual que pratica no discurso romanesco. (SEIXO, 1986, p. 23)

Lídia do Carmo possuía ideais semelhantes aos de inúmeros jovens que sonharam durante anos com a Independência de Angola. O país fora criado “na base da régua e do esquadro, como resultado das decisões da famosa Conferência de Berlim,

convocada entre novembro de 1884 e janeiro de 1885” (SILVA, 1983, p. 1). Angola ficara séculos sob o domínio de Portugal que impôs um processo de aculturação, cujo principal objetivo assentou na destruição sumária dos valores das culturas tradicionais.

A colonização em África foi vista pelas metrópoles como “a glória nacional” e missão “civilizadora”. Entendiam, ainda, que o colonialismo “é a dádiva da Europa aos selvagens, o sacrifício da Europa pela humanidade, o dever da Europa para com as pobres populações negras que não possuíam civilização própria”. Este princípio levou as forças do governo português nas duras leis, as forças armadas (polícia secreta e exército) e as forças ideológicas (política e igreja) a adotarem os seus métodos a qualquer custo, no intuito de destruir os padrões de comportamento e atitudes que caracterizam o povo angolano. Entretanto, envidaram esforços no sentido de imporem o que eles chamavam de “bênçãos de uma lei e ordens europeias”. Para tal, não importavam os feitos, de crianças queimadas ao destruírem aldeias ou senzalas inteiras por terem resistido às imposições dos colonizadores. Segundo eles, tudo o faziam para “o bem da África”. (SILVA, 1983, p. 1)

Portugal, na verdade, tentou modificar os valores e os hábitos angolanos por meio de uma forte política de assimilação que nada mais foi do que a imposição de seus costumes e cultura. Como afirma Albert Memmi a respeito da relação entre os colonizadores e os colonizados, os últimos têm os seus direitos suprimidos, sem qualquer alternativa.

Enfim, o colonizador nega ao colonizado o direito mais precioso reconhecido à maioria dos homens: a liberdade. As condições de vida, dadas ao colonizado pela colonização, não a levam em conta, nem mesmo a supõem. O colonizado não dispõe de saída alguma para deixar seu estado de infelicidade nem jurídica (a naturalização) nem mística (a conversão religiosa): o colonizado não é livre para escolher-se colonizado ou não. (MEMMI, 1977, p. 82)

Mesmo encontrando resistência para consolidar o processo de colonização em Angola, pois os africanos resistiram à dominação portuguesa, já existe, no final do século XIX, uma organização em nível de administração colonial: Portugal dominava os espaços e os homens angolanos.

A estratégia adotada no domínio da economia assentara basicamente na agricultura e na exportação de matérias-primas que a colônia produzia. O comércio da borracha e do marfim, entre outros produtos, provocava grandes rendimentos para Lisboa ainda acrescidos pelos impostos cobrados às populações. No início do século XX, outras reformas foram implementadas, alterando a política portuguesa em Angola. A Coroa, apesar dos fracos recursos, opta por desenvolver a Colônia ainda que com pouca convicção. (PALANGUE, 1995, p.18)

Na segunda metade do século XX, iniciou-se um processo em que os angolanos expuseram o desejo de libertação; houve uma intensificação desta proposta a partir da década de cinquenta, quando surgiram organizações políticas que passaram a reivindicar

a Independência. Entretanto, Portugal não cedeu, provocando o desencadear de conflitos, cujas consequências foram a “luta armada” e inúmeras mortes.

Destacaram-se nesta luta, o MPLA (Movimento Popular pela Libertação da Angola) fundada em 1956, o FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola) que se revelou em 1961 e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), em 1966. Depois de longos anos de confronto, o país alcança a independência a 11 de novembro de 1975. (PALANGUE, 1995, p.19)

É justamente esse período que Agualusa retrata em *Estações das chuvas*. O romance traz à tona a história de Angola. Toda história é dinâmica e se mostra no exame das relações com o real. Nesse espaço, se encontra o homem histórico; este, de acordo com Marilena Chauí, é aquele que, se consciente, argumenta, questiona sobre o processo em si, discutindo as ideologias que configuram o sistema dominante. Com um olhar crítico consegue “apagar” as “verdades” da história oficial, invertendo posições. Assim, reflete acerca das ideias, atribuindo-lhes capacidade de gerar relações sociais e determinar as demandas históricas.

o real não é um dado sensível nem um dado intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Essas relações entre homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que estes não tenham consciência de serem seus únicos autores. (CHAUÍ, 1981, p. 19)

Em *Estação das chuvas*, Agualusa trabalha justamente com os fatos históricos a partir de uma longa entrevista, na qual relata as “verdades” históricas, por intermédio de variadas vozes. A relação da história com a literatura é apreendida na própria construção romanesca e no ato de recepção, ou seja, da leitura do romance. Neste, a história não se preocupa apenas em enumerar uma sucessão de fatos considerados como “verdadeiros”; tenta, sim, especificar diversas informações e, conseqüentemente, faz emergir uma série de reflexões, tendo noção de que as “verdades” históricas são múltiplas; são versões e interpretações, ora transparentes, ora obscuras, ora translúcidas que devem ser constantemente pensadas e repensadas, cifradas e decifradas, a fim de construir e desconstruir velhas concepções.

Vale chamar atenção que Eduardo Agualusa demonstra tal preocupação, convocando o passado e o reconstituindo, sempre, de modo consciente, por meio de uma visão crítica do presente. A narrativa inicia-se com agradecimentos feitos a várias

personalidades que atuaram nas lutas pela libertação de Angola. Logo após, há o pronunciamento de Agostinho Neto no ato da Independência:

Em nome do povo angolano, o Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, proclama solenemente perante a África e o mundo a independência de Angola. Nesta hora o Povo Angolano e o Comitê Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela independência de Angola. (AGUALUSA, 2000, p.19)

Com isso, a narrativa se desenvolve, retratando Lídia do Carmo Ferreira, deitada em sua cama, em um quarto fechado, alheia a qualquer comemoração relativa à Independência. Ela reflete sobre o sonho que tivera com o mar: “era um mar profundo e transparente e estava cheio de umas criaturas lentas, que pareciam feitas da mesma luz melancólica que há nos crepúsculos” (AGUALUSA, 2000, p.15). O país comemora a libertação e ela permanece estagnada em seu quarto a criar versos: “Lá fora a vida acontece”, escreveu. riscou a frase e voltou a redigir: “lá fora a vida acontecia / em seu inteiro e bruto esplendor.” (AGUALUSA, 2000, p.16)

A vida de Lídia é apresentada, no romance, desde a infância até a maturidade. A personagem possui as qualidades e as características pertencentes aos jovens daquela época em Angola. Agualusa insere na narrativa inúmeros nomes que, realmente, fizeram parte do processo histórico angolano, na época das lutas anticoloniais, como Viriato da Cruz, cujo nacionalismo teve importante papel no contexto angolano dos movimentos libertários contra a metrópole portuguesa.

Viriato recuperava de uma tuberculose. A doença e a falta de recursos financeiros tinham-no forçado a abandonar os estudos. Passava os dias a ler. Recebia do Brasil os livros proibidos da revolução e lia como um danado. Lia também alguma literatura: Jorge Amado, Érico Veríssimo, Manuel Bandeira, Graciliano Ramos, os clássicos russos, os primeiros neo-realistas portugueses. Tinha um espírito curioso e excitado. Recebia as críticas com dificuldade, mas era sempre o primeiro a criticar. Falava na necessidade de os Angolanos redescobrirem Angola, defendia o estudo do quimbundo – “a nossa língua verdadeira.” – e sonhava com uma ampla revolta dos camponeses e das massas oprimidas dos musseques. Ao mesmo tempo, criticava com uma ironia feroz “os pequenos valores burgueses” da velha aristocracia luandense, irritava-se com as limitações intelectuais do seu círculo de amigos e era considerado por muita gente como um sujeito pretensioso e arrogante. (AGUALUSA, 2000, p.63)

O próprio livro *Estação das chuvas* é dedicado à “memória de Mario Pinto de Andrade” que também surge como um dos personagens, participante ativo da narrativa; logo se torna significativa esta referência, pois este escritor organizou e produziu textos importantes para a divulgação do que se publicava em língua portuguesa em África. No

romance, ocorre um episódio revelador de certas divergências ideológicas entre Mário de Andrade e Lúcia do Carmo:

Começou tudo com uma grande discussão sobre a negritude. Mário Pinto de Andrade pretendia incluir alguns poemas de Lúcia numa coletânea de poesia negra de expressão portuguesa. Por essa altura já ele se correspondia com Cesaire, Senghor, Diop e Depestre. Tinha escrito dezenas de artigos e palestras sobre temas como: “A Expressão do Kimbundu”, “A Literatura Negra e Seus Problemas”, “o Problema Lingüístico Negro-Africano” ou “O Folclore na Cultura Bantu” e ajudara a fundar, com Francisco José Tenreiro, Agostinho Neto e Alda do Espírito Santo, entre outros, um Centro de Estudos Africanos.

O “Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa” devia ser, dizia Mário de Andrade, “a primeira manifestação coletiva da negritude em língua portuguesa começaram a trilhar um caminho próprio e exercitam também os seus timbres para cantar na grande sinfonia humana.” Lúcia, porém, não sentia que fosse negra a sua poesia. [...]

Lúcia era uma mulher de coração atento e meticoloso. Pesou as palavras antes de responder:

– No fundo, – disse – a verdade é que eu não me identifico com a negritude. Compreendo a negritude, estou solidária com os negros do mundo inteiro e gosto muito dos poemas de Senghor e dos contos de Diop, mas sinto que o nosso universo é outro. Tu, como eu ou o Viriato da Cruz, todos nós pertencemos a uma outra África; àquela mesma África que habita nas Antilhas, no Brasil, em Cabo Verde ou em São Tomé, uma mistura da África profunda e da velha Europa colonial. Pretender o contrário é uma fraude. (AGUALUSA, 2000, p.80 - 81)

Por intermédio da voz de Lúcia, o narrador discute a Negritude francesa e sua influência nos autores africanos que escrevem em língua portuguesa, demonstrando que, na sociedade angolana, por exemplo, não havia só negros; havia, em várias cidades e regiões angolanas, uma mestiçagem étnica, linguística e social. Referindo-se ao Brasil, às Antilhas, a Angola, a Cabo Verde, a São Tomé e Príncipe, Stuart Hall acentua esse traço de hibridação multicultural:

Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. A terra não pode ser “sagrada”, pois foi “violada” – não “vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas. (HALL, 2003, p. 30)

Demonstrando esta diversidade, o romance de Agualusa focaliza cenas do período da Independência e da época pós-colonial, em que existem inúmeros relatos que continuam a ser vivamente retrabalhados, configurando momentos de luta cultural, de revisão e de reapropriação. Para tal, a narrativa se apropria ficcionalmente da literatura angolana, na fase em que diversos poetas e escritores usavam a produção poética como

meio de politização e como forma de revisitação de antigos costumes e mitos, com a intenção crítica de reescrita da história de Angola.

A poesia surgiu entre a juventude como o mais óbvio caminho de afirmação cultural: “tiravam-nos tudo, a dignidade, as terras, os homens. E, no fim o próprio rosto”, disse-me Lídia, “tiravam-nos todo o passado e nós olhávamos em volta e não éramos capazes de compreender o mundo. Então começamos a escrever poesia. A poesia era um destino irreparável, naquela época, para um estudante angolano.

Era uma poesia pobre, mas generosa, atenta às distorções sociais e, sobretudo, obcecada com o sagrado espaço da infância, esse último e mais profundo reduto da memória, não a particular, mas a geral, a que explicava o mundo. A infância dos remotos costumes ainda preservados: o makezu, a cola e o gengibre, o quimbundu mestiço das quitadeiras, as lendas que as avós contavam, sempre habitadas por bichos falantes e por estranhos seres prodigiosos. (AGUALUSA, 2000, p.62)

O romance de Agualusa denuncia a sociedade angolana que construiu uma utopia de libertação, lutou por esta, mas, no final, percebeu que os ideais foram-se perdendo ao longo do processo, restando apenas um grande vazio, em que não importavam mais os sonhos de igualdade e de fraternidade. Os militantes poetas e membros do MPLA, Movimento pela Libertação de Angola, almejavam liberdade e justiça social, tendo lutado com autodeterminação política, mas, em vez de justiça social, conflitos internos impediram a concretização desses utópicos ideais.

A cidade apodrecendo sem remédio. Os prédios com as entranhas devastadas. Os cães a comer os mortos. Os homens a comer os cães e os excrementos dos cães. Os loucos com o corpo coberto de alcatrão. Os mutilados de olhar perdido. Os soldados em pânico no meio dos escombros. E mais além as aldeias desertas, as lavras calcinadas, as turvas multidões foragidos. E ainda mais além a natureza transtornada, o fogo devorando os horizontes.

Disse:

– Este país morreu ! (AGUALUSA, 2000, p. 279)

Ao narrar a utopia e a distopia, *Estação das chuvas* representa, alegoricamente, a nação angolana a partir de uma realidade social fragmentada. As várias vozes, os diferentes registros e suas fontes textuais problematizam um contexto social, no qual literatura e história dialogam, no discurso romanescos, de forma criativa e romanescamente inovadora, o que traz questionamentos e reflexões a respeito da formação histórica de Angola. No modo como as identidades culturais eclodem neste percurso, “a diferença é essencial ao significado, e o significado é crucial à cultura.” (HALL, 2003, p. 33)

Esta diferença é problematizada em *Estação das chuvas*, quando ocorre um entrecruzamento de informações, formando um quadro em que o heterogêneo se torna um traço extremamente característico e forte. O romance de Eduardo Agualusa retrata o

sonho e o desmoronar deste. Literatura e história interagem, apontando para a dissolução de muitas das utopias libertárias. Invoca o passado histórico, sem, contudo, ter a intenção de comprovar verdades e apropria-se, também, de alguns nomes da história e da literatura angolanas, efetuando significativas considerações. Ficcionaliza, dessa maneira, de forma hábil, “personagens, cuja existência marcou a história literária” (WEINHARDT, 2000, p. 102) angolana.

Podemos concluir, por conseguinte, que Eduardo Agualusa, quando escreve o romance *Estação das chuvas*, reinscreve fatos históricos, rerepresentando o passado a partir de indagações críticas, levando o leitor a compreender, criticamente, que história e ficção são sistemas de signos em constante estado de interpretação e reinterpretação.

### REFERÊNCIAS:

AGUALUSA, José Eduardo. *Estação das chuvas*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Editora Moderna, 1981.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LYTOARD, Jean Françoise. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PALANGUE, Luís. *In: Angola – um país fabuloso*. Luanda: Edições Internacionais, 1995.

SEIXO, Maria Alzira. *A palavra do romance: ensaio de genealogia e análise*. Lisboa: Ed. Horizonte Universitário, 1986.

SILVA, Ismael Diogo da (Cônsul Geral da República Popular de Angola.). “O destino de Angola”. Conferência proferida na Reitoria da UFRJ, em 07/12/93.

WEINHARDT, Marilene. “Quando a história literária vira ficção”. *In: ANTELO, Raul et alii (Org.). Declínio da arte e ascensão da cultura*. Florianópolis: ABRALIC, Letras Contemporâneas, 1998.